



**Estado do Rio Grande do Sul  
Câmara Municipal de Erechim**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº. \_\_\_\_\_/2021

Sugere aos Órgãos Competentes do Poder Executivo Municipal a criação da Central de Conciliação e Acordos - CCA -, composta de Câmara de Indenizações Administrativas e de Câmara de Mediação e Conciliação.

Senhor Presidente:

Apresento a Vossa Excelência, amparado na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno, o presente Pedido de Providências a ser encaminhado ao Senhor Prefeito, sugerindo a criação da Central de Conciliação e Acordos- CCA -, composta de Câmara de Indenizações Administrativas e de Câmara de Mediação e Conciliação.

**JUSTIFICATIVA**

A sugestão em tela visa a criação de legislação específica para a criação da Central de Conciliação e Acordos – CCA -, que estabelece a conciliação e a mediação como meios para a resolução de controvérsias administrativas ou judiciais que envolvam a Administração Municipal.

Além de oportunizar para que as partes se reconciliem, a Central trará uma maior celeridade na solução dos conflitos que envolvem a Administração Pública Municipal, evitando a judicialização das matérias, evitando gastos com custas processuais e aliviando o número de demandas a serem propostas no judiciário estadual.

Será de competência da Câmara de Mediação e Conciliação: a prevenção e a solução de forma consensual dos conflitos no âmbito administrativo; dirimir conflitos envolvendo órgãos e entidades da Administração Municipal; avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação ou mediação; e, promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta para as hipóteses previstas em Lei.

Além disso, poderá ser firmado convênio com instituições de ensino para possibilitar que alunos de Direito e outras áreas correlatas pratiquem a atividade e adquiram experiência.



**Estado do Rio Grande do Sul  
Câmara Municipal de Erechim**

Ademais, a Administração Pública Municipal já conta com profissionais das diversas áreas jurídicas que podem trabalhar nesse setor não acarretando em despesas diversas para a Administração Pública.

Assim aguardamos que o Poder Público estude a proposta e implante no nosso Município, a fim de beneficiar o contribuinte e, ao mesmo tempo, economizar com custas judiciais.

Plenário da Câmara de Vereadores de Erechim, 05 de Fevereiro de 2021.

Renan Augusto Soccol  
Bancada dos Progressistas